

• Política

CONSTITUINTE

Acordo de lideranças garante a aprovação do direito de propriedade

por Andrew Greenlees
de Brasília

Menos de 24 horas depois do surgimento do "buraco negro" em torno do Direito de Propriedade (nenhuma das propostas sobre o tema atingiu a maioria absoluta de 280 votos), a Constituinte encontrou ontem uma saída para o impasse. Os líderes partidários e dos blocos parlamentares, além do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), negociaram durante toda a manhã e início da tarde, chegando a um texto que conseguiu 446 votos, ante apenas 40, com 4 abstenções.

"E garantido o Direito de Propriedade. A propriedade atenderá à sua função social", diz a parte inicial do parágrafo. O "Centrão" conseguiu que a primeira frase estipulasse o direito sem nenhuma outra vinculação. Já a esquerda também viu incluído o princípio da função social no tratamento da propriedade. O acordo determina também que as desapropriações sejam indenizadas previamente em dinheiro, como queria o "Centrão", mas ficaram de fora aquelas relacionadas com a Reforma Agrária e a Reforma Urbana, que serão pagas por meio de títulos da dívida pública.

Logo pela manhã, numa reunião no gabinete do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, o "Centrão" propôs um texto pelo qual o "uso" da propriedade seria subordinado ao bem-estar social. O PMDB e os partidos de esquerda rejeitaram a ideia; tinham três razões: consideraram a proposta tecnicamente falha, não queriam fazer novas concessões (o direito de propriedade já foi equiparado ao da vida, a proteção ao meio ambiente no uso da propriedade ficou para mais adiante e a inclusão da indenização em dinheiro são os principais) e, anteontem, a maioria do plenário mostrou-se favorável ao entendimento, conforme o resultado das votações que levaram ao "buraco negro".

Sem acordo pela manhã, o relator Bernardo Cabral conversou com os líderes



Bernardo Cabral

dos grupos e acabou surgindo o texto conciliatório, recebido sob aplausos. O PT e membros da esquerda do PMDB votaram contra.

DESAPROPRIAÇÕES
Ainda pelo texto do acordo, as desapropriações terão seu procedimento estabelecido por lei ordinária, obedecendo "necessidade ou utilidade pública ou interesse social". A propriedade de particular também poderá ser utilizada por "autoridades competentes" nos casos de "perigo público iminente".

No momento da votação, o líder do PMDB, senador Mário Covas, assinalou que o acordo estaria vinculado à aprovação do pagamento em títulos nas desapropriações da Reforma Agrária e Urbana, bem como da fundação da ordem econômica do País na função social e preservação do meio ambiente. O "Centrão", por meio do deputado José Lourenço, concordou.

HERANÇA

Enquanto se negociava o Direito de Propriedade, a Constituinte foi adiante e manteve, por 291 votos a 182, o direito de herança, derrotando emenda do deputado Paulo Delgado (PT-MG). Ele argumentou que um direito somente poderia ser fixado na Constituição se fosse inerente a todo o cidadão, o que não ocorre na transferência de bens de uma geração para outra.

O plenário decidiu, ainda, que a lei ordinária regulará a proteção ao consumidor, além da liberdade de reunião e associação. Foi assegurado também o direito ao habeas corpus (ver integral nesta página).

por Zanoni Antunes
de Brasília

Daso Coimbra desmente acusações de comprometimento do "Centrão"

Tentativa de maior conciliação

por Andrew Greenlees
de Brasília

O "Centrão" — bloco suprapartidário que reúne moderados e conservadores na Constituinte — deverá reformular sua atuação no plenário, buscando um tom mais conciliador. Essa necessidade foi constatada em diversas reuniões do grupo, realizadas depois da votação de segunda-feira passada, quando o bloco se dividiu na análise do direito de propriedade.

Os moderados defenderam o acordo com os demais partidos, enquanto os "duros" preferiram insistir na proposta original do grupo, acreditando na vitória. Nenhum lado obteve a maioria e surgiu o "buraco negro".

"O comandante está desligado da tropa", disse ontem o deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP), um dos moderados do "Centrão". A frase reflete uma das decisões tomadas pelo bloco: os líderes devem consultar amplamente os membros do "Centrão" antes de fechar um acordo, sob pena de haver resistências posteriores e um rompimento das negociações com os progressistas, como ocorreu anteontem.

"Temos de fazer o gol e não ficar jogando no meio de campo", comparava o deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), assinalando que, apesar da força do "Centrão", pouca coisa o grupo conseguiu até o momento.

O bloco também quer fazer com que as defesas de propostas do "Centrão" sejam feitas, na tribuna, por parlamentares com grande respeitabilidade dentro do Congresso, como o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA). Há um movimento para levar o próprio Passarinho à liderança única do grupo, mas o senador se esquiva: "É tarde, não tive participação nas emendas do grupo e, agora, o que posso fazer é ajudar nos encaminhamentos de votação".

Os esforços do "Centrão" incluem ainda o convencimento dos ausentes de que a maioria absoluta não está tão garantida para o grupo como se pensava no início. Daí a necessidade da presença de todos os membros. Haverá também gestões para evitar dissidências, como a do "Centro Democrático", o grupo conservador do PMDB que passou para o "Centrão" mas decidiu atuar de forma independente, empurrado basicamente por disputas regionais nos estados entre seus líderes, como Expedido Machado (CE) e Marcos Lima (MG).

Uma última direttriz: evitar as declarações "desastradas": os deputados José Lourenço e Roberto Cardoso Alves, por exemplo, vincularam o apoio do grupo ao governo a cargos e favores; o deputado Daso Coimbra falou em fitas gravadas com pedidos de pagamento a empresários por parte de membros do "Centrão", e assim por diante.

formal" com os jornalistas, negando, ainda, que possui gravações de telefonemas, bem como que tenha recebido qualquer solicitação de favores governamentais ou financeiros. A nota de Coimbra concluiu afirmando que "o que se publicou na imprensa, naquilo que ofendeu a alguns colegas nesta Casa, merece de minha parte as necessárias escusas, sem que se omita o fato de, não raro, termos, nós homens públicos, nossas palavras interpretadas de forma errada".

Mas outra nota divulgada no final da tarde pelo Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados ajudou a jogar mais lenha na fogueira. Os seis jornalistas reafirmaram, integral-

mente, o teor das declarações concedidas a eles pelo parlamentar. Afirmaram também que a entrevista não foi uma conversa informal e que, em momento algum, o constituinte pediu reserva para qualquer parte de suas declarações.

A nota do Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados concluiu com os jornalistas reafirmando que o deputado Daso Coimbra "revelou dispor de gravações contendo pedidos de favorecimento da parte de parlamentares em troca da garantia do voto em plenário".

Reafirmam também que o deputado Daso Coimbra repetiu várias vezes que se revelasse o que sabia "seria morto".

O deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte e do PMDB, considerou as informações contidas na entrevista do deputado Daso Coimbra "como da maior gravidade".

A sessão extraordinária destinada a examinar 35 denúncias do deputado Daso Coimbra foi encerrada às 23 horas, sem qualquer conclusão. Os parlamentares do "Centrão" recusaram-se a discutir a proposta do deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS) de criar uma comissão para examinar o assunto, no prazo de dez dias. Após muita discussão a mesa colocou a questão em votação, mas os parlamentares do "Centrão" negaram-se a votá-lo.

O texto da Constituição

A Constituinte continuou a votar ontem o Capítulo I do Título II do novo texto constitucional, tratando dos direitos individuais e coletivos. A seguir, a integral dos parágrafos do artigo 6º aprovados até as 19,30 horas de ontem:

Parágrafo 38 — "E garantido o direito de propriedade; a propriedade atenderá à sua função social. A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição. Em caso de perigo público iminente, a autoridade competente poderá usar propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano."

Parágrafo 39 — "A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débito decorrente de sua atividade produtiva. A lei definirá os meios de financiar o seu desenvolvimento."

Parágrafo 40 — "E garantido o direito de herança."

Parágrafo 41 — "O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor."

Parágrafo 42 — "E assegurada, nos termos da lei, a assistência religiosa prestada por

brasileiros nas entidades civis e militares de internação coletiva."

Parágrafo 43 — "Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, exigível prévio aviso a autoridade. O direito de reunião não pode ser usado para frustrar outra reunião previamente convocada para o mesmo local."

Parágrafo 44 — "E plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar. A criação de associação e cooperativas independentes de autorização, vedada a interferência estatal em seu funcionamento."

Parágrafo 45 — "As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial transitada em julgado."

Parágrafo 46 — "Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado."

Parágrafo 47 — "As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados em juízo ou fora dele."

Parágrafo 48 — "Conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder."

CUT pretende continuar a divulgar os cartazes

por Célio Roseblum
de São Paulo

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli, anunciou ontem que a entidade pretende continuar divulgando através de cartazes, panfletos e boletins o nome dos parlamentares que votarem contra os interesses dos trabalhadores na Constituinte. Ele afirmou que a apreensão de 20 mil cartazes, feita pela Polícia Federal na véspera, não altera os planos da CUT.

A partir do dia 22 de fevereiro, data em que prevê o início das votações em plenário sobre o capítulo de direitos sociais, que inclui questões polêmicas como estabilidade no emprego, a CUT planeja, após cada sessão, lançar impressos com o nome dos deputados que defenderem as propostas do "Centrão".

Além de cartazes com fotos dos parlamentares, como o que foi apreendido, a CUT e outros membros da Plenária Nacional de Entidades Sindicais, Democráticas e Populares em defesa dos interesses dos trabalhadores na Constituinte, poderão utilizar os jornais dos sindicatos para anunciar os resultados da vota-

ção. Ontem, por exemplo, os 100 mil exemplares da Folha Bancária, do Sindicato dos Bancários de São Paulo, reproduziram o cartaz com foto e telefone dos deputados paulistas que integram o "Centrão", classificados como "traidores do povo" e apreendido pela PF.

RIO GRANDE DO SUL

A Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul, que não é filiada a nenhuma central sindical, convocou todos os seus associados para elaborar hoje a versão gaúcha dos cartazes da CUT apreendidos pela Polícia Federal. Celso Fernando Marcon, presidente da federação, disse não ter notícias de nenhum incidente no estado, a não ser a apreensão dos cartazes em Jaguarão (a 368 quilômetros da capital), conforme apurou a Agência Globo.

Quatro integrantes da CUT foram detidos de madrugada naquela cidade, na fronteira com o Uruguai, enquanto colocavam os cartazes apontando os nomes dos parlamentares integrantes do "Centrão". Os detidos alegaram que apenas estavam informando a população sobre a postura daqueles deputados na Constituinte.